

PANORAMA FISCAL



**Publicação do Observatório de
Finanças Públicas do Ceará | Office**

Análise das finanças públicas do Estado
do Ceará no Primeiro Quadrimestre de 2016

Carlos Eduardo dos Santos Marino
Francisco Arley da Silva Santos
Francisco Lúcio Mendes Maia
Germana Parente Neiva Belchior
Nathyele de Oliveira Silva
Penélope Silva Rabelo

Ano 1, V. 5
Mai | Jun 2016

EDIÇÕES
FUNDAÇÃO SINTAF



A Série Panorama Fiscal é uma publicação bimestral do Observatório de Finanças Públicas do Ceará (Ofice), um centro de estudos e pesquisas instituído pela Fundação Sintaf e patrocinado pelo Sindicato dos Fazendários do Ceará (Sintaf) e pela Associação de Aposentados Fazendários do Ceará (AAFEC) que se propõe a analisar de forma científica e independente a situação fiscal do Estado do Ceará e dos municípios cearenses.

Neste intuito, a Panorama Fiscal tem como objetivo principal realizar a análise histórica dos indicadores econômico-financeiros do Estado do Ceará, utilizando diversas fontes disponíveis, comparando os índices analisados com os mesmos indicadores de outras unidades federadas, contribuindo, assim, com a transparência e o controle social.

Análise das finanças públicas do Estado do Ceará no Primeiro Quadrimestre de 2016

Carlos Eduardo dos Santos Marino¹
Francisco Lúcio Mendes Maia²
Francisco Arley da Silva Santos³
Germana Parente Neiva Belchior⁴
Nathyele de Oliveira Silva⁵
Penélope Silva Rabelo⁶

¹ Doutor em Economia pelo CAEN da Universidade Federal do Ceará. Auditor Fiscal Adjunto da Receita Estadual do Ceará. Professor da Faculdade Farias Brito. Pesquisador do Laboratório de Estudos da Pobreza (LEP/CAEN/UFC). Pesquisador do Office.

² Mestre em Administração e Controladoria pela Universidade Federal do Ceará. Auditor Fiscal da Receita Estadual do Ceará. Pesquisador do Office.

³ Graduando em Finanças pela Universidade Federal do Ceará. Pesquisador Júnior do Office.

⁴ Doutora em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina. Mestre em Direito pela Universidade Federal do Ceará. Professora da Faculdade 7 de Setembro. Auditora Fiscal Jurídica da Receita Estadual do Ceará. Pesquisadora do Office.

⁵ Graduanda em Direito pela Universidade de Fortaleza. Pesquisadora Júnior do Office.

⁶ Graduanda em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Ceará. Pesquisadora Júnior do Office.



Diretoria Executiva

Alexandre Sobreira Cialdini
Diretor Geral
alexandre.cialdini@fundacaosintaf.org.br

Saulo Moreira Braga
Diretor Administrativo-Financeiro
saulo.braga@fundacaosintaf.org.br

Germana Parente Neiva Belchior
Diretora Técnico-Científica
germana.belchior@fundacaosintaf.org.br

Susie de Pontes Lima Marino
Diretora de Cidadania, Inclusão Social e Cultura
susie.lima@fundacaosintaf.org.br

Conselho Curador

Valéria Passos Brasil
Presidente
valeria.brasil@fundacaosintaf.org.br

Francisco Ozanan Bezerra de Moraes
1º Secretário
ozanan.moraes@fundacaosintaf.org.br

Lúcia de Fátima Dantas Muniz
2ª Secretária
lucia.muniz@fundacaosintaf.org.br

Fundação Sintaf
Rua Padre Mororó, 952 - Centro
CEP: 60015-220
www.fundacaosintaf.org.br
fundacao@fundacaosintaf.org.br

Fortaleza - Ceará - Brasil



**Publicação do Observatório de
Finanças Públicas do Ceará | Office**

A Série Panorama Fiscal, com idioma oficial a língua portuguesa, é uma publicação oficial bimestral do Observatório de Finanças Públicas do Ceará (Office), instituído pela Fundação Sintaf de Ensino, Pesquisa, Desenvolvimento Tecnológico e Cultural

Ano 1, V. 5, Mai | Jun 2016
Série Eletrônica disponível em:
fundacaosintaf.org.br/panoramafiscal

Análise das finanças públicas do Estado do Ceará no Primeiro Quadrimestre de 2016

Os conceitos e opiniões emitidos nesta Série são de inteira responsabilidade de seus autores, não representando a opinião das instituições envolvidas.

Conselho Editorial

Alexandre Sobreira Cialdini
Carlos Eduardo dos Santos Marino
Francisco Lúcio Mendes Maia
Germana Parente Neiva Belchior
Saulo Moreira Braga

Responsabilidade Editorial

Edições Fundação Sintaf

Projeto Gráfico e diagramação

Rachel Lima - LocTab: Locação de Tablets e Desenvolvimento de Ideias

Revisão

Germana Parente Neiva Belchior

P195 Panorama Fiscal : Publicação do Observatório de Finanças Públicas do Ceará (Office) / Fundação Sintaf. - v. 5 (2016) - . - Fortaleza-CE : Edições Fundação Sintaf, Mai./Jun. 2016.

Bimestral
Série eletrônica disponível em:
<http://fundacaosintaf.org.br/panoramafiscal>
ISSN: 2447-8105.

1. Finanças públicas - Ceará. 2. Administração tributária.
3. Contabilidade pública. 4. Ceará - Indicadores econômicos.

CDU: 35

SUMÁRIO

1 Introdução	9
2 Receitas Correntes	10
3 Receitas de Capital	13
4 Despesas Correntes	13
5 Despesas de Capital	16
6 Resultado Primário, Dívida Pública, Capacidade de Investir com Recursos Próprios e disponibilidade de Caixa.....	18
7 Dívida Ativa	23
8 Análise Econômico-Financeira	24
9 Considerações Finais	25
Referências	26
Apêndice I - Glossário	27
Apêndice II - Notas Metodológicas.....	31

RESUMO

Os estados brasileiros passam por uma intensa crise fiscal desde 2015, devido à retração da economia, que impacta negativamente nas receitas. Ajustes relacionados à redução das despesas e ampliação das receitas tributárias não foram suficientes para a superação da crise. Apesar de afetado diretamente, o Ceará está incluído entre os estados em melhor situação financeira, mas a insuficiência de recursos ameaça a manutenção do forte ritmo de investimento experimentado no passado recente. Diante deste cenário, este ensaio analisa a evolução dos principais indicadores da gestão fiscal do Estado do Ceará no primeiro quadrimestre de 2016, comparando os resultados com os mesmos indicadores de outras unidades federadas. Por meio de pesquisa de natureza predominantemente quantitativa, com base nos relatórios fiscais publicados nos portais das unidades federativas e no sítio eletrônico da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, os dados são analisados de forma descritiva e comparada. O estudo conclui que a maioria das despesas do Estado do Ceará tem forte rigidez e acentuada correlação com respeito à inflação. Diante disto e considerando as limitações para uma maior eficiência no gasto público, a superação da crise fiscal, ou a simples sobrevivência neste cenário restritivo, requer ações complementares no tocante à elevação da receita, em especial, uma melhor gestão da dívida ativa e a revisão de incentivos fiscais ineficientes concedidos ao setor produtivo.

PALAVRAS-CHAVE

Finanças Públicas; Crise Fiscal; Contabilidade Pública; Estado do Ceará.

ABSTRACT

Brazilian states are undergoing an intense fiscal crisis since 2015 due to the downturn in the economy, which impacts negatively on revenue. Adjustments related to the reduction of costs and expansion of tax revenues were not enough to overcome the crisis. Though directly affected, the State of Ceará is included among the states in a better financial situation, but the lack of resources threatens the continued strong pace of investment experienced in the recent past. Upon this background, this paper analyzes the evolution of the main indicators of fiscal management of the State of Ceará in the first quarter of 2016, comparing the results with the same indicators of other federal units. Through a predominantly quantitative research, based on tax reports published on the websites of federal units and on the website of the National Treasury Secretariat of the Ministry of Finance, the data is analyzed in a descriptive and comparative manner. The study concludes that most of the State of Ceará state expenditure has strong rigidity and marked correlation with respect to inflation. In view of this and considering the limitations for greater efficiency in public spending, overcoming the fiscal crisis, or simply survive in this restrictive scenario, requires complementary actions with regard to the increase in revenues, in particular, better management of outstanding debt and review inefficient tax incentives to the productive sector.

KEYWORDS

Public Finance; Fiscal Crisis; Public Accounting; State of Ceará.

1 INTRODUÇÃO

Os estados brasileiros passam por intensa crise fiscal desde 2015, devido à retração da economia, que impacta negativamente nas receitas próprias e nas transferências recebidas. Ajustes relacionados à redução das despesas e ampliação das receitas tributárias não foram suficientes para a superação da crise. Neste momento, os estados negociam com o Governo Federal o alongamento de suas dívidas com a União, que incluem o estabelecimento de um período de carência. Concretizada a renegociação, alguns estados, especialmente os mais ricos e mais endividados, terão um alívio fiscal, mas que será insuficiente para a superação dos problemas financeiros.

Salvo a retomada do crescimento econômico, não se vislumbra perspectiva de superação da crise no curto prazo. Entretanto, as dificuldades vivenciadas pelos governos subnacionais variam bastante em intensidade, encontrando-se os estados mais equilibrados, em termos fiscais, em situação privilegiada, haja vista ainda contarem com a possibilidade de financiamento dos investimentos por meio do incremento da dívida pública.

O Ceará está incluindo entre os estados em situação de melhor desempenho fiscal, mas a insuficiência de recursos ameaça a manutenção do forte ritmo de investimento experimentado no passado recente. Como não existe previsão para a recuperação da economia no curto prazo, as dificuldades enfrentadas pelo Ceará persistirão durante todo o ano de 2016. Positivamente é importante consignar que a valorização do real diante das moedas estrangeiras, teve forte impacto na dívida pública estadual, que apresentou redução considerável nos quatro primeiros meses deste ano.

Este ensaio tem por objetivo analisar a evolução dos principais indicadores da gestão fiscal do Estado do Ceará do primeiro quadrimestre de 2016, evidenciando os dados mais recentes disponibilizados. Adicionalmente, discute-se o comportamento de longo prazo de alguns indicadores. Busca-se, ainda, para as variáveis mais relevantes, efetuar uma análise comparativa com outras unidades da Federação.

Por meio de pesquisa de natureza predominantemente quantitativa, com base nos relatórios fiscais publicados nos portais das unidades federativas e no sítio eletrônico da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, os dados são analisados de forma descritiva e comparada, a partir de diversos indicadores específicos.

O presente trabalho está dividido em 8 seções, além desta Introdução. A segunda seção mostra o desempenho das receitas correntes, enquanto a terceira seção dedica-se às receitas de capital. Na seção seguinte, evidencia-se a evolução das despesas correntes. A quinta seção avalia as despesas de capital. Na sexta parte do ensaio, apresenta-se a apuração do resultado primário, a dívida pública

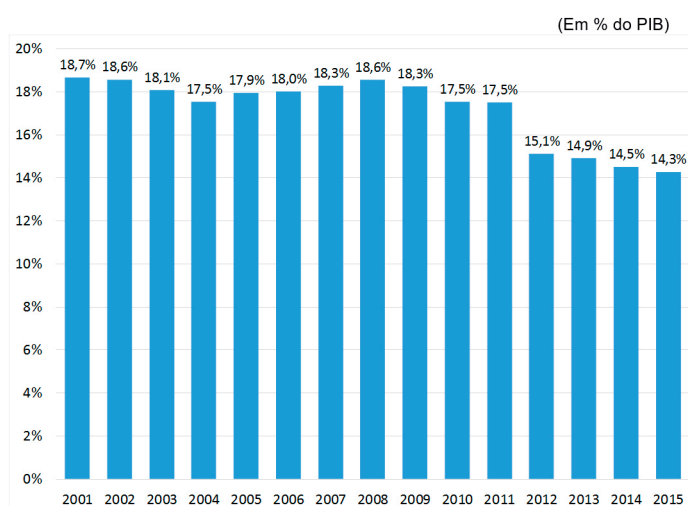
e a capacidade de investimento do Estado com recursos próprios. Ainda nessa seção, aborda-se a disponibilidade de caixa do Estado do Ceará. A sétima seção tem por tema a dívida ativa estadual e a oitava calcula e discute os indicadores de análise econômico-financeira. Na última seção, apresentam-se as considerações finais. O artigo conta, ainda, com dois apêndices. O primeiro é um glossário com os termos de finanças públicas utilizados neste trabalho. O segundo detalha a metodologia utilizada para a elaboração de alguns indicadores.

2 RECEITAS CORRENTES

O Gráfico 1 exibe as receitas correntes do Estado do Ceará como porcentagem do Produto Interno Bruto (PIB). Uma análise visual do Gráfico 1 permite identificar a existência de uma quebra estrutural em 2012. Em média, as receitas correntes do Ceará, entre 2001 e 2011, representavam 18,1% do PIB, enquanto entre 2012 e 2015, a receita corrente foi, em média, 14,7% do PIB, com redução de 3,4 pontos percentuais.

A evolução da Receita Corrente Líquida (RCL) do Ceará, em termos reais, é apresentada no Gráfico 2, no qual se pode identificar visualmente o decréscimo real, principalmente a partir de 2015, tendo como destaque negativo o período de depressão entre julho e setembro de 2015. Em 2016, a tendência de decréscimo real, mesmo que em menor intensidade, persiste.

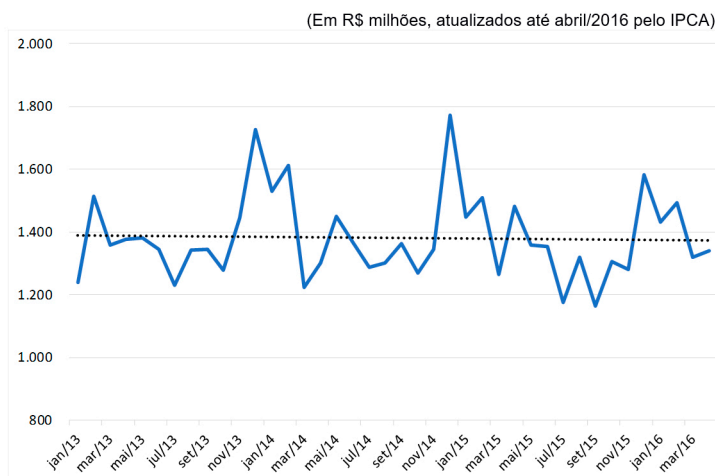
Gráfico 1 – Receitas Correntes do Ceará (2001 – 2015)



Nota: para a construção da série do PIB, foram utilizados dados do IBGE para o período entre 2001 e 2013. Para 2014 e 2015, foram utilizadas estimativas do Ipece.

Fonte: elaboração própria, utilizando receitas correntes, exceto intra-orçamentárias constantes do Balanço Orçamentário do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) – Sefaz/CE.

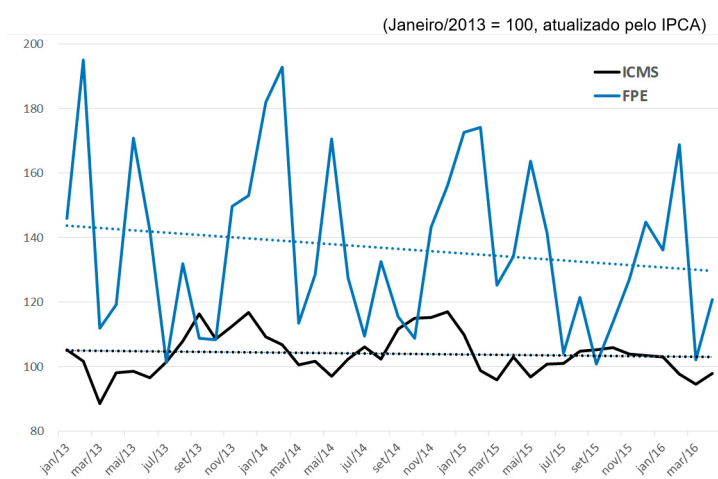
**Gráfico 2 – Receita Corrente Líquida do Ceará
(Janeiro/2013 a Abril/2016)**



Fonte: elaboração própria, com dados do Demonstrativo da Receita Corrente Líquida do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) – Sefaz/CE.

Os componentes mais significativos das receitas correntes são o ICMS¹ e o Fundo de Participação dos Estados (FPE). Essas duas receitas, em 2015, foram responsáveis por mais de 72% da receita corrente. O Gráfico 3 exibe o comportamento do ICMS e do FPE nos últimos 40 meses. Verifica-se elevada dispersão do FPE, com tendência claramente decrescente. Em relação ao ICMS, constata-se maior estabilidade, com decréscimo acentuado da arrecadação a partir do segundo semestre de 2015.

Gráfico 3 – ICMS e FPE do Ceará (Janeiro/2013 a Abril/2016)



Fonte: elaboração própria, com dados do Demonstrativo da Receita Corrente Líquida do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) – Sefaz/CE.

¹ Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação.

Na Tabela 1, são expostas as taxas de crescimento da RCL, ICMS e FPE que registraram decréscimo real, superior a 4% nos últimos doze meses. Os decréscimos do ICMS e FPE, foram de 4,7% e 7,5%, respectivamente. A RCL, em termos reais, decaiu 4,3%, apontando que as receitas menos relevantes em volume, como as taxas, apresentam resultados melhores.

A Tabela 2 exibe os montantes nominais, em 2014 e 2015, bem como os valores relativos ao primeiro quadrimestre, em 2015 e 2016, da RCL, ICMS e FPE. A RCL, no primeiro quadrimestre de 2016, cresceu nominalmente 7,7% em relação ao primeiro quadrimestre de 2015, enquanto a inflação no período, medida pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Ampliado (IPCA), acumulou 9,28%. Importante registrar a forte queda das transferências relativas ao FPE, que, em termos nominais, reduziram-se em 4,2%.

Tabela 1 – Taxas de Crescimento RCL, ICMS e FPE do Ceará (Maio/2013 a Abril/2016)

(Em R\$ milhões, atualizados até Abril/2016 pelo IPCA)

Receitas	Maio/2013 - Abril/2014	Maio/2014 - Abril/2015	Maio/2015 - Abril/2016	Taxas de Crescimento (%)		
	(a)	(b)	(c)	(b) / (a)	(c) / (a)	(c) / (b)
RCL	16.760,85	16.853,21	16.126,13	0,6%	-3,8%	-4,3%
ICMS	10.795,15	10.773,82	10.269,91	-0,2%	-4,9%	-4,7%
FPE	6.231,37	6.183,34	5.720,63	-0,8%	-8,2%	-7,5%

Fonte: elaboração própria, com dados do Demonstrativo da Receita Corrente Líquida do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) – Sefaz/CE.

Tabela 2 – Receitas Correntes do Ceará (2014 - 2016)

(Em R\$ milhões)

Receitas	2014	2015	Jan a Abr/2015	Jan a Abr/2016	Taxa de Crescimento (%)
	(a)	(b)	(c)	(d)	(d)/(c)
RCL	14.418,48	15.176,42	5.171,67	5.568,26	7,7%
ICMS	9.319,32	9.715,89	3.124,17	3.312,78	6,0%
FPE	5.327,15	5.604,08	2.033,48	1.948,43	-4,2%

Fonte: elaboração própria, com dados do Demonstrativo da Receita Corrente Líquida do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) – Sefaz/CE.

3 RECEITAS DE CAPITAL

As principais receitas de capital são as operações de crédito, relativas aos empréstimos tomados pelo Governo Estadual. Outra receita de capital importante é a transferências de capital por meio de convênios, geralmente firmados com a União. A Tabela 3 exibe as receitas de capital do Ceará em 2014 e 2015, indicando também as receitas de capital acumuladas até o segundo bimestre de 2015 e 2016. Os dados indicam que o Ceará aumentou significativamente, em 2016, as receitas de capital. O incremento nominal, no primeiro quadrimestre, foi de 81,5%, influenciado pelo forte acréscimo das operações de crédito.

Tabela 3 – Receitas de Capital do Ceará (2014 - 2016)

Receitas	(Em R\$ milhões)				
	2014	2015	Jan a Abr/2015	Jan a Abr/2016	Taxa de Crescimento (%)
	(a)	(b)	(c)	(d)	(d)/(c)
Operações de Crédito	1.633,75	1.539,76	172,23	394,72	129,2%
Transferências por Convênio	792,36	340,92	102,48	105,78	3,2%
Outras Receitas de Capital	114,10	48,52	3,63	4,79	32,0 %
Receitas de Capital	2.540,21	1.929,20	278,34	505,29	81,5%

Fonte: elaboração própria, com dados do Balanço Orçamentário do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) – Sefaz/CE.

4 DESPESAS CORRENTES

As despesas correntes são estratificadas em gastos com pessoal e encargos sociais, juros e encargos da dívida pública, transferências aos municípios e outras despesas correntes. Na última parcela, estão os gastos com o custeio administrativo da máquina estadual, sem considerar o pagamento dos gastos com pessoal. A Tabela 4 evidencia as despesas correntes do Ceará em 2014 e 2015, mostrando, ainda, os valores registrados no primeiro quadrimestre de 2015 e 2016.

Verifica-se a elevação dos juros e encargos da dívida em 18,7% no último quadrimestre. Percebe-se, também, queda real na folha salarial, tendo crescido, em termos nominais, apenas 4,5%. O custeio da máquina administrativa teve o forte incremento de 31,8%.

Em todas as unidades federadas, o gasto com pessoal e encargos sociais é a maior parcela das despesas públicas. A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) estabelece limites para esse tipo de gasto. No Ceará, o Poder Executivo não pode

gastar com esse tipo de despesa, valor superior a 48,6% da RCL. O limite prudencial, a partir do qual são impostas restrições ao Estado, é 46,17% da RCL. A Tabela 5 aponta os gastos com pessoal e encargos sociais do Estado do Ceará, estratificados por Poder, como percentual da RCL em 2013, 2014 e 2015.

Tabela 4 – Despesas Correntes do Ceará (2014 - 2016)

Despesas	(Em R\$ milhões)				
	2014	2015	Jan a Abr/2015	Jan a Abr/2016	Taxa de Crescimento (%)
	(a)	(b)	(c)	(d)	(d)/(c)
Pessoal e encargos sociais	8.305,46	9.091,78	2.760,73	2.883,87	4,5%
Juros e encargos da Dívida	297,66	414,56	134,69	159,91	18,7%
Transferências a Municípios	2.574,57	2.703,96	1.002,77	1.070,13	6,7%
Outras despesas correntes	5.150,89	5.093,07	1.133,21	1.493,70	31,8%
Despesas Correntes	16.328,58	17.303,37	5.031,40	5.607,61	11,5%

Fonte: elaboração própria, com dados do Balanço Orçamentário do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) – Sefaz/CE.

Tabela 5 – Despesa Total com Pessoal do Poder Executivo do Ceará (2013 - 2015)

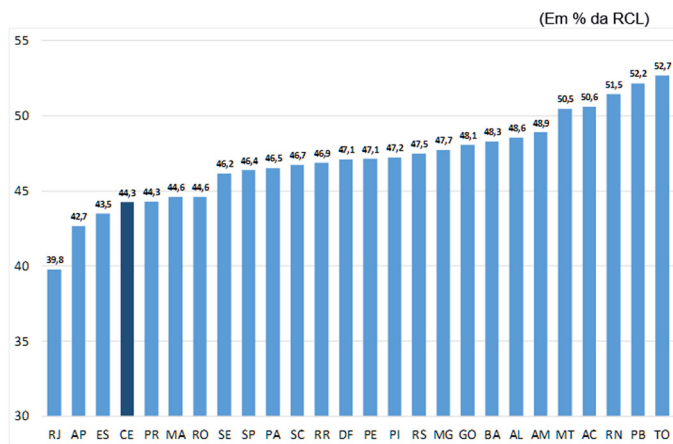
Poderes	(Em % da RCL)					
	Limite Prudencial	Limite Máximo	2013	2014	2015	Taxa de Crescimento (p.p.)
			(a)	(b)	(c)	(c) - (b)
Executivo	46,17%	48,60%	43,53%	44,09%	45,93%	1,84 p.p.
Legislativo	3,23%	3,40%	2,27%	2,33%	2,48%	0,15 p.p.
Judiciário	5,70%	6%	4,98%	5,27%	5,69%	0,42 p.p.
Ministério Público	1,90%	2%	1,55%	1,65%	1,90%	0,25 p.p.
Total	57,00%	60,00%	52,33%	53,34%	56,00%	2,66 p.p.

Fonte: elaboração própria, com dados do Demonstrativo da Despesa com Pessoal do Relatório de Gestão Fiscal (RGF) – Sefaz/CE.

Observa-se que em 2015 o total com despesa de pessoal cresceu mais de dois pontos percentuais, aproximando-se do limite prudencial. Como o indicador é uma razão, o resultado é derivado do decréscimo real do denominador, ou seja, a RCL. No primeiro quadrimestre de 2016, o incremento do gasto com pessoal, como proporção da RCL, foi contido. O indicador retornou, aproximadamente, aos mesmos níveis computados no final de 2014.

Comparando-se o gasto com pessoal do Poder Executivo no Ceará, com os indicadores das outras unidades, verifica-se que o Ceará tem uma das mais baixas taxas de comprometimento da RCL com gasto com pessoal, conforme se pode verificar na análise do Gráfico 4.

Gráfico 4 - Gastos Totais com Pessoal do Poder Executivo das Unidades Federadas (1º Quadrimestre de 2016)

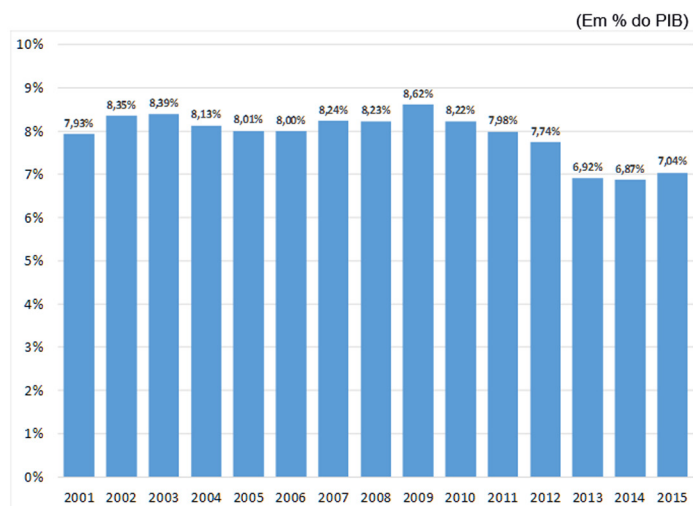


Nota: dados não disponíveis para Mato Grosso do Sul.

Fonte: elaboração própria com dados do Siconfi do STN/ME.

O Gráfico 5 exibe as despesas totais com pessoal e encargos sociais entre 2001 e 2015 como proporção do PIB, revelando uma tendência de decréscimo iniciada em 2009. Presumia-se que o elevado volume de investimentos, em novos equipamentos públicos nos últimos anos, elevaria substancialmente os gastos com pessoal, entretanto, verifica-se que o aumento das despesas com pessoal como proporção da RCL é resultado da redução das receitas, sejam próprias ou transferências.

Gráfico 5 - Despesas Totais com Pessoal e Encargos Sociais do Poder Executivo do Ceará (2001 – 2015)



Nota: para a construção da série do PIB, foram utilizados dados do IBGE para o período entre 2001 e 2013. Para 2014 e 2015 foram utilizadas estimativas do Ipece.

Fonte: elaboração própria, utilizando as despesas com pessoal registradas no Balanço Orçamentário do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) – Sefaz/CE.

5 DESPESAS DE CAPITAL

Investimentos, inversões financeiras e amortizações da dívida pública são os componentes das despesas de capital, cujos valores em 2014 e 2015 são indicados na Tabela 6, que aponta também os valores do primeiro quadrimestre de 2015 e 2016. O crescimento das amortizações indica que o incremento do endividamento, iniciado em 2014, já exibe efeitos significativos nas contas públicas.

Tabela 6 – Despesas de Capital do Ceará (2014 - 2016)

(Em R\$ milhões)

Despesas	2014	2015	Jan a Abril/2015	Jan a Abril/2016	Taxa de Crescimento (%)
	(a)	(b)	(c)	(d)	(d)/(c)
Amortizações da Dívida Pública	532,54	689,35	209,18	294,11	40,6%
Investimentos	3.474,26	2.411,10	434,56	484,04	11,4%
Inversões financeiras	434,10	119,35	15,28	48,22	215,6%
Despesas de capital	4.440,90	3.219,79	659,03	826,37	25,4%

Fonte: elaboração própria, com dados do Balanço Orçamentário do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) – Sefaz/CE.

Em 2015, foi necessário ao Governo Estadual reduzir o ritmo dos investimentos que decresceram 30,6% em relação a 2014. Apesar desta redução, o Estado do Ceará foi a quarta unidade federativa que mais investiu, superado apenas por São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. No primeiro quadrimestre de 2016, ocorreu um pequeno crescimento real nas despesas relativas aos investimentos, e o Ceará ocupou a oitava posição entre os estados que mais investem em termos absolutos. Os dados relativos ao investimento das unidades federadas em 2014, 2015 e no primeiro quadrimestre de 2016 são expostos na Tabela 7.

O Gráfico 6 exibe os investimentos do Estado do Ceará em um horizonte temporal maior, apontando o volume de investimento como proporção do PIB no período de 2001 a 2015. Verifica-se que, a partir de 2009, o Governo do Ceará investiu, anualmente, mais de 1,9% do PIB. Volume bastante elevado, considerando que, em 2014, com dados do Sistema de Informação Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Siconfi), da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), as unidades federadas, tomadas em conjunto, investiram apenas 1,02% do PIB.

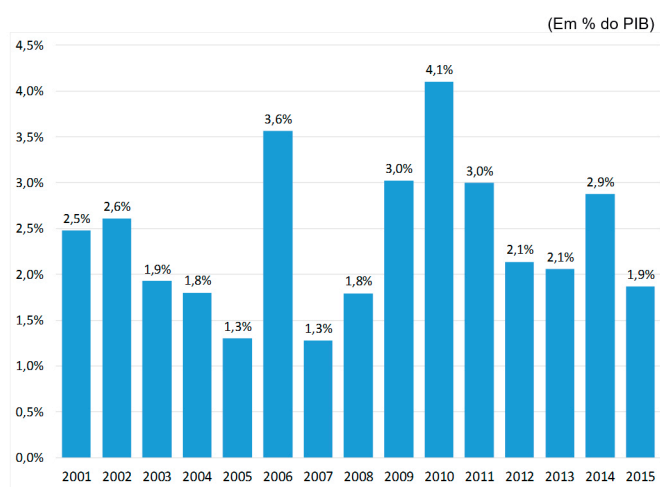
Tabela 7 – Investimentos* por Unidade Federativa (2014 – 2016)

UF	2014		2015		(Em R\$ milhões) Janeiro a Abril/2016	
	Valor	Pos	Valor	Pos	Valor	Pos
SP	12.944,82	1	8.780,22	1	2.871,19	1
RJ	7.666,20	2	6.660,74	2	1.666,09	2
PE	2.543,39	5	1.066,48	9	1.044,57	3
SC	2.191,03	9	1.806,96	6	965,98	4
BA	2.540,22	6	2.292,14	5	820,76	5
GO	2.530,72	7	1.491,72	7	584,15	6
MT	1.763,73	11	848,90	12	549,50	7
CE	3.475,77	4	2.411,10	4	484,04	8
DF	1.642,94	14	674,40	15	475,40	9
PR	1.545,23	15	1.031,57	10	405,02	10
AM	2.214,70	8	845,14	13	397,62	11
MA	1.694,68	13	936,74	11	331,92	12
ES	1.872,42	10	620,47	17	300,36	14
PA	1.489,57	16	1.359,92	8	286,63	15
RS	1.452,07	17	658,20	16	246,13	16
SE	500,24	24	337,97	25	234,95	17
PB	1.157,70	19	794,95	14	199,62	18
TO	940,51	21	341,71	24	185,63	19
RO	533,61	23	547,27	19	182,58	20
PI	918,60	22	520,85	21	172,10	21
RN	360,31	26	590,91	18	138,01	22
AC	1.104,24	20	382,33	23	86,93	23
AL	1.268,87	18	521,06	20	82,75	24
RR	357,10	27	170,71	26	59,62	25
AP	407,54	25	439,49	22	33,19	26
MS	1.721,97	12	nd		nd	

Nota: nd – não disponível.

Fonte: elaboração própria com dados do Siconfi da STN/MF.

Gráfico 6 – Investimentos do Estado do Ceará (2001 – 2015)



Nota: para a construção da série do PIB, foram utilizados dados do IBGE para o período entre 2001 e 2013. Para 2014 e 2015 foram utilizadas estimativas do Ipece.

Fonte: elaboração própria, utilizando os investimentos registrados no Balanço Orçamentário do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) – Sefaz/CE.

6 RESULTADO PRIMÁRIO, DÍVIDA PÚBLICA, CAPACIDADE DE INVESTIR COM RECURSOS PRÓPRIOS E DISPONIBILIDADE DE CAIXA

O Resultado Primário é uma importante medida do desempenho fiscal das esferas de governo, que tem por objetivo mensurar a sustentabilidade da dívida pública. Em síntese, o indicador é a diferença entre as receitas e despesas do Governo, excluindo-se do cálculo as operações financeiras e as receitas com alienação de ativos. É evidente que a simples existência de superávit primário não garante a solidez fiscal, considerando que o valor do superávit pode ser insuficiente para o pagamento de juros e amortizações da dívida.

De outra forma, o déficit primário não implica diretamente insolvência ou má gestão das finanças públicas, haja vista que em seu cálculo não são considerados os recursos disponíveis de poupanças realizadas nos exercícios anteriores ou o próprio incremento planejado da dívida pública. Evidentemente, déficits primários continuados por um longo período são insustentáveis, entretanto, em períodos curtos, isoladamente, pouco revelam sobre a saúde fiscal do Estado. No Estado do Ceará, por permissão das leis de diretrizes orçamentárias, o resultado primário é obtido excluindo-se das despesas, os gastos com investimentos em infraestrutura e o superávit primário apurado no exercício anterior.

A Tabela 8 mostra os resultados primários de 2007 a 2015, indicando também o resultado primário no primeiro quadrimestre de 2016. Nas duas últimas colunas, são apresentados os resultados não considerando os ajustes, permitidos pelas leis de diretrizes orçamentárias, relativos aos investimentos em infraestrutura e a recuperação do superávit do exercício anterior.

Sem as deduções, o Ceará apresentou quatro anos sucessivos de déficit primário e obteve um superávit de R\$ 1,18 bilhão no primeiro quadrimestre de 2016.

Tabela 8 – Resultado Primário do Ceará (2007 - 2016)

Período	Resultado Primário			
	Com Ajustes permitidos na LDO		Sem Ajustes permitidos na LDO	
	(Em R\$ milhões)	(% RCL)	(Em R\$ milhões)	(% RCL)
2007	1.133,99	17,3%	1.133,99	17,3%
2008	1.380,24	17,5%	1.380,24	17,5%
2009	1.164,64	13,9%	359,64	4,3%
2010	877,16	9,1%	-738,4	-7,6%
2011	1.642,38	15,0%	3,95	0,0%
2012	621,07	5,1%	-202,03	-1,7%
2013	746,17	5,6%	-125,49	-0,9%
2014	455,34	3,2%	-1.523,00	-10,6%
2015	460,81	3,0%	-992,94	-6,5%
Jan-Abr/2016	1.469,37	26,4%	1.178,48	21,2%

Fonte: elaboração própria, utilizando dados do registrados no Demonstrativo do Resultado Primário do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) – Sefaz/CE.

Tabela 9 – Dívida Pública e Ativo Disponível do Estado do Ceará (2007 - 2016)

Período	Dívida Consolidada	Ativo Disponível		Dívida Consolidada Líquida		Variação Indexadores	
	(Em R\$ milhões)	(Em R\$ milhões)	(Em % da RCL)	(Em R\$ milhões)	(Em % da RCL)	(Em R\$ milhões)	(Em % da RCL)
2007	3.520,33	1.008,30	15,37%	2.512,03	38,29%	-348,70	-5,32%
2008	3.809,61	1.952,57	24,76%	1.857,04	23,55%	425,85	5,40%
2009	3.446,82	2.000,20	23,81%	1.446,62	17,22%	-710,34	-8,46%
2010	4.259,96	1.579,85	16,35%	2.680,11	27,73%	-25,57	-0,26%
2011	5.304,46	2.082,74	18,99%	3.221,72	29,38%	397,63	3,63%
2012	5.745,08	2.384,72	19,66%	3.360,36	27,70%	264,39	2,18%
2013	6.980,85	3.039,95	22,72%	3.940,90	29,45%	522,42	3,90%
2014	8.501,13	2.416,15	16,76%	6.084,98	42,20%	419,07	2,91%
2015	11.113,04	1.743,23	11,91%	9.369,81	62,83%	1.761,50	11,61%
Jan-Abr/2016	10.602,04	2.851,66	18,31%	7.750,38	49,77%	131,12	-3,93%

Fonte: elaboração própria com dados do Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida do Relatório de Gestão Fiscal (RGF) e do Balanço Orçamentário do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) – Sefaz/CE.

A Tabela 9 evidencia o expressivo aumento na dívida pública do Ceará a partir de 2013. No primeiro quadrimestre deste ano, registra-se o declínio do nível de endividamento como proporção da RCL. Mesmo com a tendência de crescimento, a dívida consolidada líquida representou, ao final do primeiro quadrimestre, apenas 49,77% da RCL, bastante inferior ao limite endividamento de 200% da RCL, estabelecido pela Resolução do Senado Federal nº 40/2001. A Tabela 9 mostra também que o ativo disponível decresce desde o final de 2013, com forte recuperação no primeiro quadrimestre deste ano. A reversão da tendência declinante minimiza os problemas de caixa que atingiram seu auge no final do exercício de 2015, quando a disponibilidade de caixa não vinculada do Ceará foi de R\$ 330 milhões, representando menos de 30% da média mensal da RCL. A Tabela 10 evidencia a disponibilidade de caixa líquida entre 2010 e 2015.

Tabela 10 – Disponibilidade de Caixa do Estado do Ceará (2010 - 2015)

Anos	Recursos Vinculados		Recursos Não Vinculados		Total	
	(Em R\$ milhões)	% RCL	(Em R\$ milhões)	% RCL	(Em R\$ milhões)	% RCL
2010	476,53	4,9%	689,82	7,1%	1.166,35	12,1%
2011	684,93	6,2%	995,23	9,1%	1.680,16	15,3%
2012	803,09	6,6%	779,65	6,4%	1.582,75	13,0%
2013	920,47	6,9%	1.123,75	8,4%	2.044,21	15,3%
2014	1.225,91	8,5%	627,42	4,4%	1.853,33	12,9%
2015	1.068,75	7,0%	329,10	2,2%	1.397,85	9,2%

Fonte: elaboração própria com dados do Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e Restos a Pagar do Relatório de Gestão Fiscal (RGF) - Sefaz/CE.

A Tabela 11 apresenta o serviço da dívida e o rendimento financeiro do Estado do Ceará, indicando uma piora da situação fiscal do Estado, com o serviço da dívida atingindo 8,14% da RCL no primeiro quadrimestre de 2016. Apesar desse aumento, ainda persiste uma razoável distância do limite estabelecido pela Resolução do Senado Federal nº 43/2001, equivalente a 11,5% da RCL. Em situação inversa, a receita patrimonial, formada principalmente pelos rendimentos financeiros, foi reduzida, haja vista a menor disponibilidade de caixa.

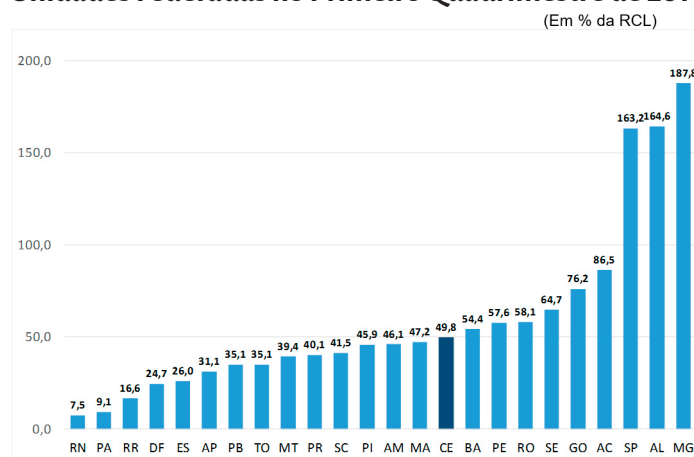
O Gráfico 7 apresenta a dívida consolidada líquida (DCL) das unidades federativas como proporção da RCL, efetuando uma análise comparativa do nível de endividamento do Ceará com o registrado pelas outras unidades federativas. Percebe-se que o Ceará possui um nível de endividamento intermediário, registrando, por exemplo, menor DCL como proporção da RCL do que os estados de Pernambuco e Bahia.

Tabela 11 – Serviço da Dívida Pública e Rendimento Financeiro do Ceará (2007 - 2016)

Período	Juros e Encargos	Amortizações	Serviço da Dívida		Receita Patrimonial	
	(Em R\$ milhões)	(Em R\$ milhões)	(Em R\$ milhões)	(Em % da RCL)	(Em R\$ milhões)	(Em % da RCL)
2007	222,85	264,82	487,67	7,43%	108,90	1,66%
2008	212,12	272,52	484,64	6,15%	227,68	2,89%
2009	191,14	287,58	478,72	5,70%	237,71	2,83%
2010	189,01	224,45	413,46	4,28%	214,30	2,22%
2011	219,50	266,20	485,70	4,43%	273,43	2,49%
2012	247,10	635,30	882,40	7,27%	441,96	3,64%
2013	246,48	477,17	723,65	5,41%	562,65	4,21%
2014	297,66	532,54	830,20	5,76%	417,81	2,90%
2015	414,56	689,35	1.103,91	7,27%	377,48	2,49%
Jan-Abr/2016	158,91	294,11	453,02	8,14%	129,44	2,32%

Fonte: elaboração própria, com dados do Balanço Orçamentário do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) – Sefaz/CE.

Gráfico 7 – Dívida Consolidada Líquida das Unidades Federadas no Primeiro Quadrimestre de 2016



Nota: dados para Mato Grosso do Sul não disponível.

Fonte: elaboração própria com dados do Siconfi da STN/MF.

Nas situações em que o serviço da dívida pública é baixo, a capacidade de investimento com recursos próprios é um indicador de solidez financeira, que pode ser usado em substituição ao resultado primário. A Tabela 12 aponta que, entre 2007 e o primeiro quadrimestre de 2016, o Estado do Ceará apresentou capacidade de investimento com recursos próprios significativa, indicando que suas receitas correntes primárias, subtraídas das despesas correntes primárias, são suficientes para o pagamento do serviço da dívida, restando, ainda, uma poupança pública disponível para financiar parte do investimento público.

Tabela 12 – Capacidade de Investimento com Recursos Próprios* do Ceará (2007-2016)

Período	Capacidade de Investimento com Recursos Próprios	
	(Em R\$ milhões)	(Em % da RCL)
2007	1.016,03	15,5%
2008	1.576,56	20,0%
2009	977,45	11,6%
2010	1.356,70	14,0%
2011	1.600,95	14,6%
2012	918,10	7,6%
2013	1.208,51	9,0%
2014	651,75	4,5%
2015	401,10	2,6%
Jan-Abr/2016	878,35	5,6%

Nota: * - Diferença entre receitas primárias correntes e despesa primárias correntes, mais rendimento financeiro, menos o serviço da dívida pública. ** - De 2007 a 2011: utilizada a despesa liquidada, enquanto de 2012 a 2016, utilizou-se a despesa empenhada.

Fonte: elaboração própria, com dados do Demonstrativo do Resultado Primário, do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO).

As unidades federativas brasileiras podem financiar o investimento público, principalmente, por recursos próprios, operações de crédito ou transferências da União. A Tabela 13 apresenta uma estimativa da participação dessas fontes de financiamento no investimento público do Ceará. Verifica-se uma tendência declinante da participação dos recursos próprios como fonte do financiamento do investimento. No primeiro quadrimestre de 2016, o baixo nível de investimento fez com que, pela metodologia utilizada, não fossem necessários recursos próprios para financiar o investimento.

Tabela 13 – Fontes de Financiamento do Investimento do Ceará (2007 -2015)

Período	Recursos Próprios*	Convênios de Capital	Operações de Crédito	Outras Receitas de Capital
2007	51,0%	23,0%	26,0%	0,0%
2008	54,2%	16,2%	15,5%	14,2%
2009	32,9%	19,0%	39,8%	8,3%
2010	44,0%	20,4%	35,5%	0,1%
2011	47,8%	18,1%	34,0%	0,1%
2012	46,9%	11,4%	39,2%	2,5%
2013	16,8%	29,2%	53,2%	0,8%
2014	26,9%	22,8%	47,0%	3,3%
2015	14,3%	16,5%	66,9%	2,3%

Nota: * De 2007 a 2011: utilizada a despesa liquidada, enquanto de 2012 a 2015, utilizou-se a despesa empenhada. ** - calculado como resíduo.

Fonte: elaboração própria, com dados do Demonstrativo do Resultado Primário, do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO).

A Tabela 14 indica o prazo médio para pagamento dos empréstimos de longo prazo do Estado do Ceará. Em média, o Ceará realiza o pagamento de sua dívida de longo prazo em 11,2 anos. O Gráfico 8 realiza o cômputo do prazo médio para pagamento da dívida de longo prazo de algumas unidades da Federação em 2014.

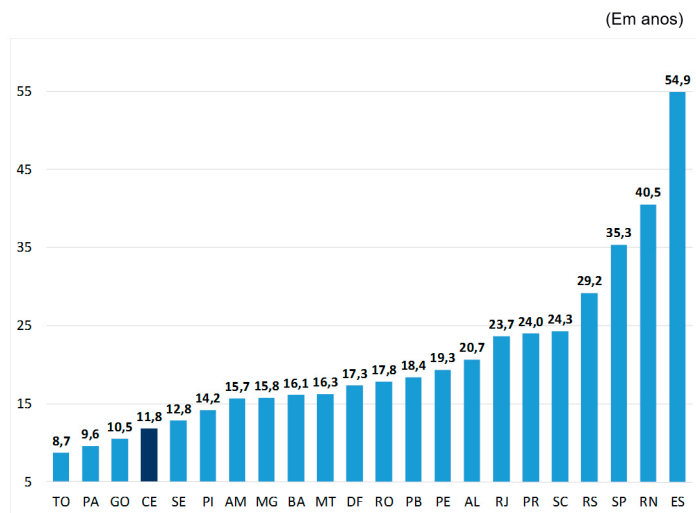
Tabela 14 – Dívida de Empréstimos a Longo Prazo do Estado do Ceará (2010 -2015)

Período	Empréstimos e Financiamentos de Longo Prazo	Prazo Médio para Pagamento
	(Em R\$ milhões)	(Em anos)
2010	4.259,9	12,77
2011	5.304,4	12,87
2012	5.188,3	7,64
2013	6.282,2	10,87
2014	7.764,6	11,79
2015	10.422,2	13,19

Fonte: elaboração própria, com dados do Balanços Patrimoniais - Sefaz/CE.

Percebe-se que o Ceará tem o quarto menor prazo médio, indicando que a dívida pública cearense não compromete significativamente o bem-estar das gerações futuras. Os dados revelam que uma possível estratégia de gestão fiscal seria o alongamento do perfil da dívida, como neste momento busca-se viabilizar.

Gráfico 8 – Prazo Médio para Pagamento dos Empréstimos e Financiamentos de Longo Prazo (2014)



Fonte: elaboração própria, com dados da Balanço Patrimonial das unidades federativas.

7 DÍVIDA ATIVA

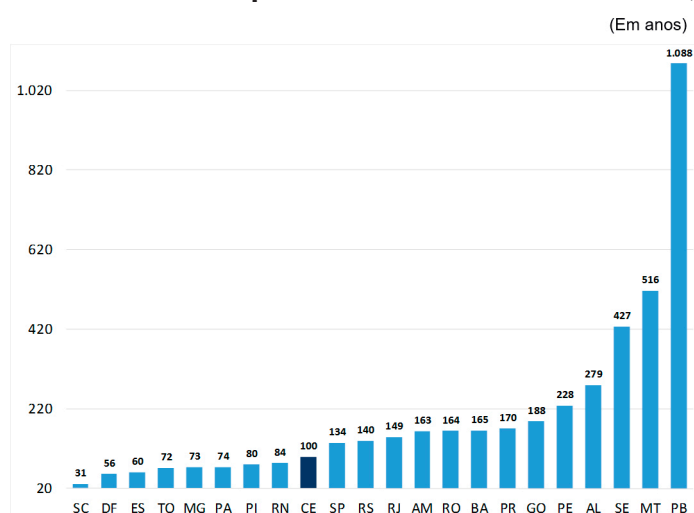
A dívida ativa indica os direitos a receber pelo ente governamental no longo prazo, sendo composta principalmente pelos tributos lançados e não efetivamente arrecadados. Os recursos inscritos na dívida ativa não são considerados receitas, devido à adoção do regime de caixa para o registro das receitas. A Tabela 15 exhibe o prazo médio para o recebimento da dívida ativa no Estado do Ceará entre 2010 e 2015. O Ceará leva, em média, quase 100 anos para transformar a dívida ativa em receita efetiva, evidenciando possíveis ineficiências nas normas legais de execução fiscal e nos procedimentos operacionais de cobrança.

A mesma estimativa realizada para algumas unidades da Federação mostra que o elevado prazo médio no Ceará não é um fato isolado, podendo-se presumir que o problema é nacional, não se descartando a existência de políticas públicas locais, além de anistias e remissões, que contribuam para reverter essa anomalia. O prazo médio para recebimento da dívida ativa das unidades federadas é exposto no Gráfico 9.

Tabela 15 – Dívida Ativa do Estado do Ceará (2010 – 2015)

Ano	Saldo da Dívida Ativa em 31 de Dezembro (Em R\$ milhões)	Prazo Médio para Recebimento (Em anos)
2010	4.717,96	75,35
2011	5.058,96	90,57
2012	5.967,58	143,49
2013	5.952,95	58,11
2014	6.455,28	99,51
2015	7.382,70	98,01

Fonte: elaboração própria, com dados do Balanços Patrimonial - Sefaz/CE.

Gráfico 9 – Prazo Médio para Recebimento da Dívida Ativa (2014)

Fonte: elaboração própria, com dados da Balanço Patrimonial das unidades federativas.

8 ANÁLISE ECONÔMICO-FINANCEIRA

Na Tabela 16, são apresentados os indicadores clássicos de análise econômico-financeira para o Estado do Ceará nos exercícios de 2014 e 2015 e no primeiro quadrimestre de 2016. Dos indicadores calculados, destaca-se o baixo nível de execução da receita e despesa no exercício de 2014 e 2015, evidenciando-se que os efeitos da crise econômica foram subdimensionados por ocasião da elaboração da lei orçamentária anual. Verifica-se também, a existência de superávits elevados no orçamento corrente, indicando a existência de poupança pública, que permitiu o financiamento dos déficits do orçamento de capital, sem grande comprometimento do nível de endividamento.

**Tabela 16 – Indicadores de Análise Econômico-Financeira do Ceará
(2014 – 2016)**

Indicador	2014	2015	Jan-Abr/2016
Quociente do equilíbrio orçamentário	1,00	1,00	1,00
Quociente da execução da receita	0,87	0,85	0,30
Quociente da execução da despesa	0,85	0,85	0,26
Quociente do resultado orçamentário (despesa empenhada)	0,97	0,99	1,14
Quociente do resultado orçamentário (despesa liquidada)	0,99	1,01	1,20
Quociente da execução orçamentária corrente	1,07	1,07	1,22
Resultado do orçamento corrente	R\$ 1,22 bilhão	R\$ 1,09 bilhão	R\$ 1,21 bilhão
Resultado do orçamento de capital	R\$ -1,90 bilhão	R\$ -1,29 bilhão	R\$ -0,32 bilhão
Resultado do balanço orçamentário	R\$ -0,68 bilhão	R\$ -0,20 bilhão	R\$ -0,89 bilhão
Resultado intra-orçamentário	R\$ 0,03 bilhão	R\$ -0,04 bilhão	R\$ -0,03 bilhão
Resultado geral do balanço orçamentário (despesa empenhada)	R\$ -0,65 bilhão	R\$ -0,20 bilhão	R\$ 0,85 bilhão
Resultado geral do balanço orçamentário (despesa liquidada)	R\$ -0,65 bilhão	R\$ 0,17 bilhão	R\$ 1,23 bilhão

Fonte: elaboração própria com dados do Balanço Orçamentário, do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) - Sefaz/CE.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo apresentou elementos que apontam para a grave crise fiscal que atravessa o Estado do Ceará a partir de 2015. A principal causa para os problemas financeiros do Estado são a redução real das receitas próprias e das transferências da União. A retração da economia e as desonerações tributárias da União no âmbito do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) são os grandes responsáveis pela redução das receitas.

Apesar de enfrentar a crise em situação melhor que a maioria das unidades federadas, o Ceará precisou realizar, ainda em 2015, um ajuste fiscal, que elevou as receitas próprias por meio de alterações legislativas e que conduziu uma forte redução no custeio da máquina administrativa, que, em 2015, teve decréscimo nominal. Visando adequar as contas públicas ao novo cenário, reduziu-se, ainda, o volume de investimentos públicos em mais de 30%, registrando-se que, mesmo diante dessa redução, o Ceará manteve-se, em 2015, entre as quatro unidades federadas que mais realizaram investimentos.

Em relação ao primeiro quadrimestre de 2016, a receita corrente líquida ainda não apresentou crescimento real em relação ao mesmo quadrimestre do ano anterior, aumentando apenas 7,7%, quando a inflação medida pelo IPCA cresceu 9,3%. Os gastos com pessoal e encargos sociais tiveram forte retração real, crescendo nominalmente apenas 4,5%, enquanto as demais despesas de custeio

da máquina pública cresceram 31,8%. O serviço da dívida pública vem crescendo acima da inflação, entretanto o estoque da dívida pública foi sensivelmente reduzido no primeiro quadrimestre deste ano, devido à valorização do real. Os gastos com investimentos cresceram no quadrimestre, quando comparado com o primeiro quadrimestre de 2015, 11,4%, permitindo que o Ceará fosse o oitavo estado que mais investiu nos dois primeiros bimestres de 2016. O Ceará conseguiu no primeiro quadrimestre de 2016 obter um superávit primário de 1,18 bilhão de reais, em grande parte, aportado no ativo disponível do Estado, que cresceu de R\$ 1,7 bilhão, em 31 de dezembro de 2015, para R\$ 2,8 bilhões em 30 de abril de 2016.

A maioria das despesas correntes do Estado do Ceará tem forte rigidez e acentuada correlação com respeito à inflação. Mesmo sem a efetivação da revisão geral das remunerações do servidor público, a folha cresce nominalmente devido ao aumento vegetativo e a novas contratações. Os gastos com o investimento público são, em sua maior parte, vinculados a projetos iniciados na gestão anterior, cuja a suspensão ou atraso têm forte impacto negativo no desenvolvimento e dinamismo da economia do Ceará. Diante disto e considerando as limitações para uma maior eficiência no gasto público, a superação da crise fiscal, ou a simples sobrevivência neste cenário restritivo, requer ações complementares no tocante à elevação da receita, em especial, uma melhor gestão da dívida ativa e a revisão de incentivos fiscais ineficientes concedidos ao setor produtivo.

REFERÊNCIAS

ESTADO DO CEARÁ. Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará. **Relatórios de Gestão Fiscal, 2001 a 2015**. Disponível em: <http://www.sefaz.ce.gov.br/Content/aplicacao/internet/financas_publicas/gerados/lrf.asp>. Acesso em: 30 jun 2016.

ESTADO DO CEARÁ. Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará. **Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária, 2001 a 2015**. Disponível em: <http://www.sefaz.ce.gov.br/Content/aplicacao/internet/financas_publicas/gerados/lrf.asp>. Acesso em: 30 jun 2016.

MINISTÉRIO DA FAZENDA. Secretaria do Tesouro Nacional. **Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro**. Disponível em: <<https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/index.jsf>>. Acesso em 30 jun 2016.

APÊNDICE I

GLOSSÁRIO

A

- **Amortizações:** pagamento total ou parcial do principal da dívida pública.

B

- **Balanço Orçamentário:** demonstrativo contábil regulamentado pela Lei nº 4.320/1964 e Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) em que se apresentam as receitas e despesas previstas e despesas fixadas, suas execuções e o resultado orçamentário do período.

C

- **Convênios:** receitas recebidas de terceiros para aplicação em despesas correntes ou de capital.

D

- **Despesa com Pessoal:** seu conceito é definido no artigo 18 da Lei de Responsabilidade Fiscal, onde estão enumerados os somatórios dos gastos do ente da federação com os ativos, os inativos e os pensionistas.
- **Despesa Corrente:** aplicação de recursos públicos na realização de gastos necessários à manutenção e ao funcionamento de serviços públicos já existentes.
- **Despesas de Capital:** despesas destinadas a atender investimentos, criação de novos serviços, inversões financeiras e amortizações da Dívida Pública.
- **Disponibilidade de Caixa:** recursos financeiros disponíveis, incluindo as aplicações financeiras.
- **Dívida Consolidada:** são os empréstimos contraídos pelo Estado em longo prazo mais os títulos de capitalização de recursos emitidos pelo Estado.
- **Dívida Consolidada Líquida:** empréstimos de longo prazo menos os recursos financeiros disponíveis, deduzidos das obrigações de curto prazo. O resultado são as obrigações líquidas que o Estado tem com terceiros.

E

- **Encargos Sociais:** custos incidentes sobre a folha de pagamentos de salários.

F

- **Fundo de Participação dos Estados (FPE):** são transferências de recursos para os Estados e o Distrito Federal previstas na Constituição Federal relativas à parte do Imposto de Renda e Proventos de Qualquer Natureza (IR), do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).

I

• **Inversões Financeiras:** despesas de capital com aquisição de imóveis, de bens de capital, já em utilização, aquisição de títulos representativos de capital de entidades de qualquer espécie, já constituídas, quando tal, constituição não importe em aumento de capital, constituição ou aumento de capital de entidades que visem a objetivos comerciais ou financeiros, inclusive operações de crédito bancárias ou de seguros.

• **Investimentos:** as Despesas de Investimentos são aquelas necessárias ao planejamento e à execução de obras, aquisição de instalações, equipamentos, constituição ou aumento de capital de empresas que não sejam de caráter comercial ou financeiro.

J

• **Juros e Encargos da Dívida:** são os recursos destinados ao pagamento dos encargos financeiros da dívida consolidada.

O

• **Operações de Crédito Externas:** empréstimos adquiridos pelo Estado no mercado externo, ou seja, fora do país.

• **Operações de Crédito Internas:** empréstimos adquiridos pelo Estado no mercado interno, ou seja, dentro do próprio país.

Q

• **Quociente do Equilíbrio Orçamentário:** razão resultante da divisão entre a previsão inicial da receita e a dotação Inicial da Despesa, indicando se há equilíbrio entre a previsão e a fixação constante da Lei Orçamentária Anual.

• **Quociente de Execução da Despesa:** indicador que examina a relação entre as despesas fixadas e as despesas realizadas. É resultante da relação entre a despesa executada e dotação atualizada.

• **Quociente de Execução da Receita:** indicador que mede a eficiência da previsão de arrecadação dos entes públicos e é obtido da relação entre a receita realizada e a previsão atualizada da receita.

• **Quociente da Execução Orçamentária Corrente:** divisão entre a receita corrente e a despesa corrente que mostrará se houve superávit ou déficit orçamentário no período.

• **Quociente do Resultado Orçamentário:** a relação entre a receita arrecadada e a despesa realizada demonstrando se houve superávit ou déficit orçamentário no período. Se a receita for maior que a despesa haverá superávit orçamentário, se ocorrer o contrário haverá déficit.

R

- **Receitas de Capital:** receitas arrecadadas provenientes de operações de créditos, alienação de bens, amortização de empréstimos concedidos, transferências financeiras para aplicação em despesas de capital e outras fontes de recursos destinados a atender despesas de novos serviços a serem criados.
- **Receitas de Contribuições:** contribuições sociais e econômicas. As contribuições sociais são aplicadas em despesas com saúde, assistência e previdência. As contribuições econômicas são aplicadas em despesas constantes no orçamento fiscal.
- **Receitas Correntes:** receitas destinadas a manter a máquina pública, compondo um importante instrumento de financiamento dos programas voltados às políticas públicas.
- **Receita Corrente Líquida:** receita corrente deduzida das transferências constitucionais a outros entes da Federação e da aplicação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).
- **Receita Derivada:** receitas arrecadadas pelo Estado através do seu poder soberano. São exemplos de receitas derivadas os tributos e as contribuições. Todos definidos em Lei.
- **Receitas Originárias:** receitas arrecadas pelo Estado através de sua atividade comercial, industrial ou prestação de serviços, além de rendimentos do seu patrimônio: alugueis e rendimentos de aplicações financeiras.
- **Receita Patrimonial:** receita resultante da exploração do patrimônio do Estado, não possuindo caráter tributário.
- **Receitas Primárias Correntes:** receitas correntes deduzidas dos juros de aplicações financeiras.
- **Receita Pública:** recursos arrecadados pelo Estado, provenientes de receitas próprias e transferências constitucionais ou não, com a finalidade de custear despesas tais como educação, saúde, segurança, meio ambiente, dentre outras, bem como as despesas com investimentos destinados a novos serviços para atender às necessidades da sociedade.
- **Receita Tributária:** receitas que o Estado obtém resultantes da arrecadação dos tributos.
- **Rendimento de Aplicações Financeiras:** espécie de receita patrimonial formada pelos juros das aplicações no mercado financeiro.
- **Resultado Nominal:** variação da dívida do Estado de longo prazo.
- **Resultado Primário:** diferença entre as receitas primárias e despesas primárias que servirão para pagamento da dívida consolidada.
- **Resultado do Orçamento de Capital:** divisão entre a receita de capital e a despesa de capital.

T

- **Transferências Correntes:** recursos financeiros recebidos de outros entes federativos, de natureza constitucional ou legal, para aplicar em despesas correntes e de capital.

APÊNDICE II

NOTAS METODOLÓGICAS

1. Alguns relatórios contábeis utilizados para elaboração deste ensaio apresentam as despesas públicas em dois estágios: despesa empenhada e despesa liquidada. Objetivando padronizar a exposição e considerando que as despesas são computadas pelo empenho (Art. 35, inciso II, da Lei nº 4.320/1964), este ensaio, salvo menção explícita em contrário, utiliza as despesas empenhadas.

2. O Produto Interno Bruto (PIB) do Ceará usado para construir a base de dados para os gráficos 1, 5 e 6 foi estimado da seguinte forma: i) para o período de 2001 a 2013, utilizaram-se os valores apurados pelo IBGE nas Contas Regionais do Brasil; ii) para a estimação do PIB de 2014, utilizou-se a variação real do PIB em 2014, divulgada pelas Contas Regionais do Ipece, na pesquisa do PIB Trimestral do Ceará, 4º Trimestre de 2014. Para a obtenção do PIB nominal, utilizou-se a variação do IPCA em 2014; iii) para a estimação do PIB de 2015, utilizou-se a variação do Índice de Atividade Econômica do Ceará (IBC-CE) em 2015, divulgado pelo Banco Central do Brasil. Para a obtenção do PIB nominal, utilizou-se a variação do IPCA em 2015.

3. A capacidade de investimentos com recursos próprios, especificada na Tabela 12, foi estimada pelas seguintes expressões:

$$\mathbf{ResPCor = RecPrimCor - DesPrimCor}$$

Onde: *ResPCor* = Resultado Primário Corrente

RecPrimCor = Receita Primária Corrente

DesPrimCor = Despesa Primária Corrente

$$\mathbf{S = ResPCor + AplFin - ServDiv}$$

Onde: *S* = Capacidade de Investimento com Recursos Próprios

ResPCor = Resultado Primário Corrente

Apl = Rendimento de Aplicações Financeiras

ServDiv = Serviço da Dívida Pública

4. O cálculo do percentual do investimento realizado com recursos próprios, especificado na Tabela 13, foi estimado como resíduo pela seguinte expressão:

$$\mathbf{InvRPro = \frac{Inv - ConvCap - OpCred - OutRecCap}{Inv}}$$

Onde: *InvRPro* = Percentual do Investimento com recursos próprios

Inv = Investimento

ConvCap = Receitas de Capital de Convênios

OpCred = Operações de Créditos contratadas

OutRecCap = Outras Receitas de Capital

5. O prazo médio em anos para pagamento da Dívida de Empréstimos de Longo Prazo, constante da Tabela 14, foi estimado pela seguinte expressão:

$$\text{PrazMedEmp} = \frac{\frac{\text{EmplInicial} + \text{EmplFinal}}{2}}{\text{Amort}}$$

Onde: *PrazMedEmp = Prazo Médio em anos para pagamento da Dívida de Empréstimos de Longo Prazo*

EmplInicial = Dívida de Empréstimos no início do exercício

EmplFinal = Dívida de Empréstimos no final do exercício

Amort = Amortizações de empréstimos

6. O prazo médio em anos para recebimento da Dívida Ativa de Longo Prazo, constante da Tabela 15, foi estimado pela seguinte expressão:

$$\text{PraMedDivAt} = \frac{\frac{\text{DivAtInicial} + \text{DivAtFinal}}{2}}{\text{PgtoDivAt}}$$

Onde: *PraMedDivAt = Prazo Médio em anos para recebimento da Dívida Ativa de Longo Prazo*

DivAtInicial = Dívida Ativa no início do exercício

DivAtFinal = Dívida Ativa no final do exercício

PgtoDivAt = Pagamentos da Dívida Ativa

Realização:



Apoio:

